

# Diversas perspectivas de um caleidoscópio: fragmentos do trânsito



» ADRIANA MODESTO DE SOUSA  
Doutora em transportes pela UnB

Propostas de mudanças no processo de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) precisam ser concebidas e avaliadas à luz da complexidade e potenciais interações e desdobramentos inerentes ao tema e ao que está efetivamente em jogo, pois reverberam em vários aspectos, como a estrutura e a dinâmica do processo de formação para a condução veicular, a atividade econômica, a segurança viária, entre outros.

Convém destacar que são diversos os atores sociais envolvidos: o governo, gestando as políticas regulatórias; os empresários, prestando o serviço a partir dos Centros de Formação de Condutores (autoescolas); os instrutores, atuando na mediação teórico-prática; e parte da população, ansiando a conquista da tão sonhada habilitação como alternativa ao transporte público coletivo, que, embora mais sustentável, não é suficiente ou atraente a ponto de promover a desistência onírica ou a migração para o modo. Além, naturalmente, dos demais usuários da via que, em tese, passarão a compartilhar o contexto do trânsito com futuros condutores, na melhor das hipóteses, bem formados e aptos a enfrentar o trânsito, seja em contexto urbano, seja em contexto rodoviário.

Ainda que partindo do pressuposto de que, em termos de trânsito, o argumento econômico não deva ser preponderante e que a segurança e a

manutenção da vida devem estar no topo das prioridades, é inegável que a tentativa de minorar os custos para a obtenção da CNH poderá atender à necessidade socioeconômica de demanda repressada em razão do vultoso valor de mercado relativo ao processo em questão, sendo observada variação entre R\$ 2 mil e R\$ 4 mil. Convém destacar, no entanto, que tentativas de inclusão e democratização para a obtenção da licença já são observadas em alguns estados a partir da CNH-Social. Contudo, por não ser universal, ainda não há equilíbrio entre a oferta e a demanda que busca e se enquadra nos requisitos necessários ao benefício. Em síntese, “beneficiáveis” e demais que necessitam ou desejam se habilitar seguem sensíveis e dependentes de recursos próprios.

Buscando ampliar a reflexão, ainda que reconhecendo o alto custo para a obtenção da CNH, não podemos perder de vista que o espaço em que as pessoas promovem seus deslocamentos é dinâmico e compartilhado, e seus usuários, com níveis de vulnerabilidade distintos, utilizam-no por motivos e níveis de exposição aos riscos variados. Há aqueles cujo deslocamento se resume à origem/destino, há aqueles que têm o veículo como instrumento de trabalho, como é o caso de entregadores, que experimentam dupla carga de vulnerabilidade.

Diante do exposto, também em razão da característica da prevalência de sinistros, lanço a provocação: promover tal mudança prescindindo maior robustez nas reflexões e avaliações de desdobramentos seria o adequado para o atual cenário brasileiro, ainda desfavorável quando o assunto é segurança e sinistralidade viárias?

A participação e o controle sociais são recursos fundamentais para uma sociedade que se pretende democrática, sendo necessário louvar a

consulta pública promovida pelo governo federal, mas, terá sido suficiente, representativa e técnica? Mudanças tão drásticas não careceriam de diversidade de arenas e a escuta ampliada, sobretudo por parte daqueles que experimentam o cotidiano das ruas, daqueles que se dedicam à pesquisa sobre os fenômenos do trânsito, daqueles que detêm notório saber e cujas considerações se perderam entre as milhares de “contribuições”? Parece-me que urgência não se constitui como boa conselheira, que carece de aprofundamento, identificação de consensos e aproveitamento para aperfeiçoamento ante os dissensos.

Ainda sob a perspectiva da segurança viária, embora sejam vários os fatores que podem concorrer à ocorrência de um sinistro de trânsito, pode-se dizer que parte se relaciona sobre como se deu o processo formativo. Por essa razão, faz-se necessário advogar em favor de seu aprimoramento, buscando boas práticas, tendo como parâmetro realidades que se assemelham com o Brasil, naturalmente promovendo as adequações necessárias à nossa realidade. Reitero: nesse caleidoscópio, o fator econômico não deve ser preponderante, é apenas mais um fragmento.

Por fim, qualquer decisão deve ser plural, mas técnica também. Afinal, em termos de trânsito, os comportamentos inseguros e as falhas humanas são campeãs em infrações e determinantes nas ocorrências dos sinistros. Flexibilizar de forma demasiada ou tapar os ouvidos ante os alertas de especialistas da área pode promover a economia na ponta, mas aumentar a “fatura” para a saúde e a previdência. O que se espera é a imunidade ante interesses alheios à segurança no trânsito, seja de que esfera for. Que se promovam ajustes, adote-se modelo que se revele mais adequado, mas sem “rasgar” o conhecimento acumulado.

Caio Gomez



## Em defesa do BRB real



» MÁRCIA ABRAHÃO  
Doutora em geologia, ex-servidora do Banco Central e ex-reitora da UnB

O Banco de Brasília S.A., o nosso BRB, nasceu quase junto com a capital federal. Criado em 1964, consolidou-se como parte inseparável do processo de construção e desenvolvimento do Distrito Federal, com uma missão que vai muito além da atividade bancária tradicional: fomentar o crescimento econômico e social do DF, missão expressamente prevista na Lei Orgânica. Essa vocação, longe de ser retórica, norteou décadas de atuação da instituição e contribuiu para que milhares de famílias realizassem o sonho da casa própria, pequenos e médios comerciantes ampliassem seus negócios e produtores rurais mantivessem a força do cinturão agrícola que abastece a nossa região. O BRB cresceu junto com Brasília, e essa história de parceria e confiança explica por que o banco ocupa lugar central no imaginário e no cotidiano da população do DF.

Nos últimos meses, no entanto, o debate público em torno da tentativa de aquisição do Banco Master trouxe ruídos que precisam ser esclarecidos pelo governo local, maior acionista, e por toda a diretoria e conselhos do banco. É preciso separar, com responsabilidade, a instituição BRB — seu corpo técnico, sua trajetória histórica, sua missão constitucional — da condução política de uma operação que nunca representou os valores, a identidade e o papel público do banco. A defesa que faço aqui é da instituição, dos seus servidores e do seu papel estratégico para o Distrito Federal.

A tentativa de compra do Banco Master foi apresentada pelo Governo do DF como um passo

de “expansão nacional”, mas, na prática, como temos visto, colocava o BRB diante de uma operação temerária, incompatível com sua missão de fomento. Desde o início, análises da imprensa e de especialistas do mercado apontavam os riscos: captações caras, aplicações em ativos de difícil realização e um modelo de negócios que não tinha aderência ao propósito do BRB.

Ainda assim, o governo insistiu no negócio e o levou ao Banco Central, mesmo sem autorização legislativa prévia da Câmara Legislativa do DF, contrariando a Lei das Estatais e o rito adequado de governança pública. Foi necessária uma decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal para devolver à Câmara a responsabilidade de deliberar sobre a operação.

Mesmo com todos os alertas, a autorização acabou aprovada “a toque de caixa” pelos deputados distritais da base governista. Felizmente, o Banco Central — órgão técnico, autônomo e responsável pela estabilidade do sistema financeiro — não autorizou a compra. Deixou claro que a transação poderia transferir ao BRB riscos patrimoniais elevados e potencialmente danosos.

É fundamental, portanto, afirmar com toda a firmeza: o episódio do Banco Master não pode ser usado como pretexto para ameaçar a integridade, a imagem ou a natureza pública do BRB. A responsabilidade por essa aventura não é, nem pode ser atribuída ao corpo funcional da instituição, formado por servidoras e servidores que, ao longo dos anos, modernizaram processos, expandiram serviços e mantiveram o BRB sólido, confiável e próximo da população. Eles merecem respeito e valorização.

A defesa do BRB é, antes de tudo, uma defesa do que ele representa para o DF. O banco é responsável por políticas de crédito habitacional acessíveis, apoio a pequenos negócios, financiamentos produtivos, incentivo a atividades agrícolas, execução de programas sociais e serviços essenciais

ao dia a dia da população. Não há instituição privada que possa substituir, com a mesma capilaridade e compromisso, esse conjunto de funções sociais e econômicas. Privatizar o BRB, tese que volta e meia ressurge sempre que se cria artificialmente um clima de desconfiança, seria amputar uma das principais ferramentas de desenvolvimento local de que o Distrito Federal dispõe.

Com a liquidação do Banco Master, cabe agora às instâncias competentes avançarem nas investigações e responsabilizarem, de forma técnica e imparcial, todos os envolvidos nas decisões que tentaram desviar o BRB de seu caminho — do governo aos conselhos e instâncias internas.

Mas é igualmente necessário olhar para o futuro, não apenas para corrigir erros. Precisamos reafirmar o que o BRB é e sempre foi: um patrimônio público estratégico, um banco que serve ao povo do DF, com vocação para promover desenvolvimento regional, inclusão financeira e oportunidades. É fundamental reconduzir o BRB à sua missão histórica, valorizando seu corpo funcional e fortalecendo as políticas de fomento que fizeram do banco um exemplo de instituição pública eficiente.

Sou servidora pública há décadas, gestora, professora e pesquisadora. Conheço a importância de instituições fortes, transparentes e voltadas ao interesse público. A defesa que faço aqui não é política: é civilizatória. O BRB real, o BRB que existe no cotidiano das pessoas, que apoia famílias, empreendedores, produtores rurais e projetos sociais, é um ativo estratégico do Distrito Federal. Preservá-lo é preservar parte da identidade de Brasília e garantir que o desenvolvimento econômico seja, antes de tudo, desenvolvimento para as pessoas.

É isso que defendo: um BRB público, forte, íntegro e fiel à sua história. Um BRB que continue sendo, como tem sido há seis décadas, um parceiro essencial na construção de um Distrito Federal mais justo, mais próspero e mais humano.

### Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // [circecunha.df@dabr.com.br](mailto:circecunha.df@dabr.com.br)

## Corredores estreitos

Nada descreve com mais precisão o ambiente político brasileiro contemporâneo do que a sucessão de sinais dispersos que, observados superficialmente, parecem apenas manifestações episódicas de um país acostumado à turbulência. Mas, reunidos em um mesmo campo de interpretação, revelam o desenho inquietante de um regime que se fecha paulatinamente sobre a expressão pública e sobre o exercício cotidiano da divergência. Isso ocorre em um processo lento o suficiente para jamais ser percebido como ruptura abrupta, mas constante o bastante para que cada gesto individual passe a carregar o peso de um risco antes inexistente. Observadores atentos compreendem que previsões intelectuais, outrora tachadas de exageradas, começam a assumir a forma incômoda das constatações inevitáveis, porque, em sociedades submetidas a vigilâncias crescentes, o que era advertência torna-se diagnóstico e o que era hipótese transforma-se em constatação silenciosa.

Percebe-se, por meio de análises discretas que evitam a clareza excessiva, que antigas indulgências oferecidas a determinados segmentos instalaram no país uma cultura de imunidades sucessivas, sustentada por décadas de discursos acadêmicos benevolentes, interpretações seletivas e narrativas culturais que sedimentaram a ideia de que certos atores deveriam ser preservados de qualquer escrutínio rigoroso. Não por falta de elementos concretos, mas porque a leitura dominante sempre preferiu justificar infrações políticas alegando a existência de causas supostamente superiores. Construiu-se, dessa forma, uma blindagem que, ao longo do tempo, converteu abusos em hábitos e irregularidades em instrumentos, gerando o ambiente que permitiu.

Constata-se que, ao ingressarem de maneira estruturada no aparato estatal, esses grupos passaram a expandir, gradualmente, sua capacidade de vigilância sobre adversários reais ou potenciais, movimento que se realiza sem rupturas aparentes e que faz com que as fronteiras entre o permitido e o punível se tornem maleáveis. Situação semelhante permite que conceitos jurídicos sejam redefinidos com fluidez estratégica, e que discursos sejam reinterpretados de acordo com o clima político do momento. Permite também que categorias vagas, como desinformação, ameaça institucional ou perturbação da ordem, ganhem contornos variáveis, sempre aplicados com precisão cirúrgica sobre um único espectro ideológico, enquanto outros grupos seguem resguardados sob justificativas já consagradas pelo uso.

Percebe-se, desse modo, que pensamentos, antes situados no campo natural da dissidência democrática, passam a ser tolerados somente quando inofensivos. Opiniões dissonantes, mesmo formuladas com prudência, começam a migrar para o território do risco subjetivo, onde cada palavra publicada ou pronunciada precisa ser avaliada, em função das possíveis leituras feitas pelos administradores da verdade oficial. Cresce, paralelamente, uma burocracia especializada em modular a interpretação das falas, reclassificar condutas, ajustar fatos às narrativas institucionalmente autorizadas e impor decisões que, acumuladas ao longo do tempo, moldam o espaço público de modo a restringir sem anunciar, vigiar sem admitir, punir sem explicitar. Nada disso exige decretos contundentes ou medidas espetaculares, porque o poder moderno descobriu que a eficácia de seu domínio reside não na construção de muralhas, mas na multiplicação de corredores estreitos que forçam cada cidadão a caminhar em linha rigidamente determinada.

Escritos, outrora zelosos de sua independência e de seu compromisso histórico com o escrutínio rigoroso das ações do poder, parecem aderir, por reflexo, à lógica do alinhamento compulsório. Suavizam palavras, editam silêncios e calibram críticas para não excederem os limites tácitos do que se tornou aceitável. Para isso, incorporam definições e rotulações previamente difundidas pelos órgãos oficiais, repetindo categorias que deveriam ser contestadas e aceitando enquadramentos que em outros tempos seriam motivo de editorial contundente.

A linguagem metafórica, as alusões indiretas e os circunlóquios calculados tornam-se instrumentos indispensáveis para quem ainda pretende expressar discordância sem incorrer na ira das instituições responsáveis por vigiar, catalogar e enquadrar comportamentos discursivos. A autocensura, antes resíduo psicológico de ambientes repressivos, consolida-se como prática cotidiana que garante, para muitos, não a liberdade, mas a própria sobrevivência profissional e reputacional.

A sociedade que se habitua a essas formas de regulação afetiva e linguística passa a aceitar como natural a ideia de que discordar exige prudência extraordinária, que opinar demanda cálculo, que silenciar se converte em estratégia de autodefesa e que expressar convicções depende de mapear previamente os pontos cegos da vigilância. Cidadãos diversos relatam experiências em que opiniões rotineiras se converteram em motivo de desconforto, investigações intermináveis ou bloqueios administrativos. Trata-se de fenômenos que, embora pontuais em aparência, somam-se como indicadores de que o país atravessa uma fase de redução silenciosa das liberdades, fase em que a democracia preserva sua aparência formal, mas perde camadas sucessivas de substância até tornar-se estrutura decorativa.

### A frase que foi pronunciada:

“Escrevo para dar asas aos dedos.”

Ari Cunha

### História de Brasília

*Não há crise no Hospital Distrital, muito menos na Fundação Hospitalar. Parece tempestade em copo d'água criada pelo dr. Amador Campos, que deseja ser nomeado diretor do Distrital. (Publicada em 12/5/1962)*